

Legislação **Penal** Constitucional

L. F. QUEIROZ

**Legislação
Penal
Constitucional**

MÉTODO TEMÁTICO
Volume 6

Bonijuris

© Copyright 2023, Editora Bonijuris Ltda.

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora e do autor.

LEGISLAÇÃO PENAL CONSTITUCIONAL

Autor

L. F. QUEIROZ

Colaboração

MARCUS VINICIUS GOMES

Produção editorial

OLGA MARIA KRIEGER

Produção gráfica

JÉSSICA REGINA PETERSEN

Capa

JULIANA DE AZEVEDO (HAUS MARKETING DIGITAL)

Projeto gráfico e diagramação

JULIO CESAR BAPTISTA

Fonte principal de consulta: Portal da Presidência

www.planalto.gov.br/legislacao

Fechamento desta edição: **16.11.2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Queiroz, L. F.

Legislação penal constitucional / L. F.

Queiroz. – 1. ed. – Curitiba, PR : Editora
Bonijuris, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87766-38-6

1. Direito constitucional – Brasil 2. Direito
penal – Brasil I. Título.

23-166908

CDU-342 (81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

EDITORA BONIJURIS LTDA.

Rua Marechal Deodoro, 344, 3º andar, Centro

80010-010 – Curitiba, PR, Brasil

Tel.: (41) 3323-4020 | 0800 645-4020

contato@bonijuris.com.br

www.editorabonijuris.com.br

Tiragem: 3.000 exemplares

Preço do exemplar: **R\$ 60,00**

Sumário

Apresentação	7
Como consultar	9
Abreviaturas e siglas	12
Índice temático	13
Tópicos e enunciados.....	19
Sobre o autor	120

UM CONDOMÍNIO ONDE A CONTA

fecha

É garantia de agilidade na recuperação dos débitos condominiais.

Além de não pagar pela inadimplência de outros moradores, todos têm a certeza de morar em um lugar com as contas em dia e a possibilidade de investir na manutenção e melhorias no seu condomínio.

**Nunca foi tão fácil
viver em condomínio.**



Acesse o nosso site e encontre a garantidora associada mais próxima de você.

vivacondominio.com.br/condominios-garantidos



O QUE UMA GARANTIDORA FAZ?

Assegura o recebimento das taxas e a receita todo mês.

Controla o percentual de inadimplentes, recuperando os débitos.

Cobrança judicial para os casos mais graves de atraso, sem nenhum custo ao condomínio.

Apresentação

A Constituição brasileira é formal, escrita, dogmática, social, rígida, democrática, dirigente, principiológica, analítica, eclética, normativa, unitária, autônoma, originária, plástica e expansiva. Divide-se em 250 artigos e 128 emendas aprovadas até dezembro de 2022.

Em 1988, na euforia por uma constituição que expressasse a redemocratização do país, produziu-se um texto que, mais do que analítico, era casuístico, prolixo e profundamente dúbio ou confuso em sua interpretação – afora as lacunas e omissões que viriam a seguir.

As emendas à carta não só espicharam o texto constitucional, mas o tornaram impenetrável, a ponto dos incisos e alíneas de artigos e parágrafos obscurecerem ainda mais o que se fazia necessário esclarecer. Se o propósito do texto constitucional era falar aos cidadãos de forma reta e direta, a sintaxe tortuosa o impediu.

Exitosa, portanto, é a publicação do livro **Legislação Penal Constitucional**, de L.F. Queiroz, cujo método temático apela para a ordem direta das frases, reunindo e esmiuçando o texto constitucional em linguagem acessível ao leitor comum. Ao tema estão ligados, umbilicalmente, os subtemas e os enunciados, com o propósito de ampliar a compreensão daquilo que é pesquisado.

Queiroz vem desenvolvendo esse método desde 2017 quando lançou o “Facilitador do Novo CPC”, no que esboçava a tentativa de sistematizar e dar clareza àquele código, ora de texto rebuscado, ora de compreensão aberta, a depender dos adendos distribuídos em longos e árduos 1.072 artigos.

Ao elaborar o método temático, e aperfeiçoá-lo ao longo de cinco obras – que tratam do CPC, Código Civil, direito do consumidor, leis condominiais e Constituição –, L.F. Queiroz converteu assuntos esparsos em informações palatáveis, à semelhança dos verbetes de dicionário.

Essa é a maneira inovadora do autor de abarcar todos os enunciados sobre uma questão, ainda que não diretamente relacionados entre si. O que se produz, portanto, é uma sistemática dicionarizada, sem que escape nada àquele que pesquisa.

Os enunciados muitas vezes se repetem, porque assim se faz necessário em um volume de consulta. Ao invés da remissão e da citação, o autor privilegiou a repetição, que, evidentemente, se parece prejudicial ao conjunto da obra, é vantajosa em muito na especificidade do assunto. É dessa maneira que

se consultam dicionários, enciclopédias e um livro em que se busca tema específico, elucidativo, sem deixar pontas ou dúvidas.

Todas as frases do livro são acompanhadas da citação de fonte, facilitando a consulta tanto na versão impressa quanto na digital. Basta copiar e colar o link original publicado e efetuar a pesquisa em nova janela virtual, auxiliando o interessado na comparação e na reprodução do artigo, se essa for sua necessidade.

Há que se elogiar, ainda, a preocupação do autor em decodificar os algarismos romanos, colocando a seu lado, entre parênteses, os números arábicos adotados há séculos pela civilização moderna.

Marcus Gomes
Jornalista e advogado

Como consultar

Procure um **tema do seu interesse** no [Índice](#) ou seguindo as indicações da ordem alfabética no canto superior de cada página. Nesta obra, *Legislação Penal Constitucional*, os temas representam assuntos de direito penal existentes na Constituição.

Na página escolhida, você encontrará os subtemas e enunciados que compõem o tema pesquisado, como indicado no quadro abaixo.

34. COMUTAÇÃO DE PENA

Competência

- Compete privativamente ao presidente da república conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei: **CF, art. 84, inc. XII**

Delegação

- Presidente poderá delegar a atribuição de conceder indulto e comutar penas aos ministros de estado, ao procurador-geral da república ou ao advogado-geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações: **CF, art. 84, par. ún. c/c inc. XII**

TEMA / Tópico

Subtema / subtópico

Enunciado

Indicação legal

Subtema / subtópico

Enunciado

Indicação legal

Os **290 temas** desta obra reúnem tudo sobre a matéria penal na Constituição Federal.

Saiba mais sobre o método temático

O **Método Temático** foi criado pelo advogado L. F. Queiroz com o objetivo de trazer aos profissionais do direito, estudantes e ao grande público a possibilidade de melhor compreender o texto dos códigos e da Constituição Federal de maneira mais intuitiva, mantendo-se, ainda assim, fiel ao conteúdo da lei.

A organização temática é a essência deste método: o texto legal é reordenado por **assuntos** que materializam os diversos institutos, princípios, direitos, garantias e conceitos da lei, como um repertório legal.

- **Tema ou tópico:** São os diversos assuntos, traduzidos em palavras-chave e organizados em ordem alfabética. Cada tema traz um ou mais enunciados.
- **Subtema ou subtítulo:** Tem a finalidade didática de chamar a atenção do leitor, tanto para a mudança de subtema, como para mostrar detalhes e peculiaridades.
- **Enunciados:** Frases extraídas dos artigos, parágrafos, incisos e alíneas da Constituição Federal, muitas vezes reescritas para tornar a leitura mais fluída e a mensagem do legislador mais clara. Os enunciados estão organizados nos **subtemas** respeitando a sequência crescente da lei.
- **Indicação legal:** Apontamento do artigo, parágrafo, inciso e alínea que foi reproduzido no enunciado.

GARAN
TIDORAS **RIO**

.....

garantidorasdoriorio.com.br

O MELHOR
MOMENTO DE
UM CONDOMÍNIO

começa sempre mel
nor com uma melhor
nto Duplique! momen

Começa com a

**Cobrança com Garantia
de Recebimento**

que garante 100% da receita, mesmo
que os moradores não paguem seus
boletos de condomínio em dia.

E continua com a

**Recuperação de Taxas
Atrasadas sem Custo**

onde a Duplique resolve a
inadimplência antiga, anterior à
contração da Cobrança Garantida.

DUPLIQUE
ATLÂNTICA



21 99893 5784 . 21 3593 4267
21 97184 0350



DUPLIQUE
PREDIAL



21 3173 5200
21 99376 1502



DUPLIQUE
CARIOCA



21 3553 7476
21 99376 1502



livra

Abreviaturas e siglas

§	– parágrafo
§§	– parágrafos
al.	– alínea / alíneas
art.	– artigo / artigos
c/c	– combinado com / conjugado com
caput	– cabeça do artigo
inc.	– inciso / incisos
par. ún.	– parágrafo único
AGU	– Advocacia-Geral da União
CDN	– Conselho de Defesa Nacional
CF	– Constituição Federal
CNJ	– Conselho Nacional de Justiça
CNMP	– Conselho Nacional do Ministério Público
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
DF	– Distrito Federal
HC	– Habeas Corpus
MI	– Mandado de Injunção
MP	– Ministério Público
MPDFT	– Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPU	– Ministério Público da União
MS	– Mandado de Segurança
STF	– Supremo Tribunal Federal
STJ	– Superior Tribunal de Justiça
STM	– Superior Tribunal Militar
TCU	– Tribunal de Contas da União
TJ	– Tribunal de Justiça
TRE	– Tribunal Regional Eleitoral
TRF	– Tribunal Regional Federal
TRT	– Tribunal Regional do Trabalho

Índice Temático

A

1. ABUSO DE AUTORIDADE, **21**
2. ABUSO SEXUAL, **21**
3. AÇÃO PENAL PÚBLICA, **21**
4. AÇÃO PRIVADA, **21**
5. AÇÃO PÚBLICA, **21**
6. AÇÃO RESCISÓRIA, **21**
7. ADOLESCENTE, **21**
8. ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, **21**
9. AERONÁUTICA, **22**
10. AGENTE PENITENCIÁRIO, **22**
11. AMEAÇA A DIREITO, **22**
12. AMPLA DEFESA, **22**
13. ANISTIA, **23**
14. ASSISTÊNCIA JURÍDICA, **23**
15. ASSISTÊNCIA SOCIAL, **23**
16. ATIVIDADE POLICIAL, **23**
17. ATO INFRACIONAL, **23**
18. AUTARQUIAS, **23**
19. AUTORIDADE COMPETENTE, **24**
20. AUXÍLIO-RECLUSÃO, **24**

B

21. BANIMENTO, **27**
22. BENS DA UNIÃO, **27**
23. BENS PARTICULARES, **27**
24. BENS PÚBLICOS, **27**
25. BRASILEIRO NATURALIZADO, **27**

C

26. CÂMARA DOS DEPUTADOS, **28**
27. CÂMARA MUNICIPAL, **28**
28. CASSAÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS, **28**
29. COMANDANTES MILITARES, **28**

30. COMINAÇÃO LEGAL, **29**
31. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL, **29**
32. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA, **29**
33. COMUNICAÇÃO, **29**
34. COMUTAÇÃO DE PENA, **29**
35. CONCURSO PÚBLICO, **29**
36. CONDENAÇÃO PENAL, **30**
37. CONFISCO, **30**
38. CONGRESSO NACIONAL, **30**
39. CONSELHO DE JUSTIÇA MILITAR, **31**
40. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), **31**
41. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, **31**
42. CONTRABANDO, **31**
43. CONTRADITÓRIO, **31**
44. CONTRAVENÇÕES PENAIS, **31**
45. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL, **32**
46. CONVENÇÕES INTERNACIONAIS, **32**
47. CORPO DE DELITO, **32**
48. CRIANÇA E INFÂNCIA, **32**
49. CRIMES A BORDO, **32**
50. CRIMES COMUNS, **32**
51. CRIMES CONTRA O ESTADO, **35**
52. CRIMES DE AÇÃO PÚBLICA, **35**
53. CRIMES DE OPINIÃO, **35**
54. CRIMES DE RESPONSABILIDADE, **35**
55. CRIMES DOLOSOS, **37**
56. CRIMES HEDIONDOS, **37**
57. CRIMES IMPRESCRITÍVEIS, **38**
58. CRIMES INAFIANÇÁVEIS, **38**
59. CRIMES MILITARES, **38**
60. CRIMES POLÍTICOS, **38**
61. CUMPRIMENTO DA PENA, **39**
62. CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS, **39**

D

- 63. DANO, **40**
- 64. DANO MATERIAL, **40**
- 65. DANO MORAL, **40**
- 66. DECISÕES JUDICIAIS, **40**
- 67. DEFENSORIA PÚBLICA, **40**
- 68. DEFESA TÉCNICA, **40**
- 69. DELEGAÇÃO, **41**
- 70. DELEGADOS DE POLÍCIA, **41**
- 71. DELITO, **41**
- 72. DEPOSITÁRIO INFIEL, **41**
- 73. DEPUTADOS ESTADUAIS E DISTRITAIS, **41**
- 74. DEPUTADOS FEDERAIS, **41**
- 75. DESCAMINHO, **42**
- 76. DESEMBARGADORES, **42**
- 77. DETENÇÃO, **42**
- 78. DEVIDO PROCESSO LEGAL, **42**
- 79. DIGNIDADE, **42**
- 80. DIREITO AO SILÊNCIO, **42**
- 81. DIREITO DE RESPOSTA, **42**
- 82. DIREITO PENAL, **42**
- 83. DIREITO PENITENCIÁRIO, **45**
- 84. DIREITO PROCESSUAL PENAL, **45**
- 85. DIREITOS HUMANOS, **45**
- 86. DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS, **45**
- 87. DIREITOS POLÍTICOS, **48**
- 88. DIREITOS TRABALHISTAS, **49**
- 89. DISCRIMINAÇÃO, **49**
- 90. DISTRITO FEDERAL (DF), **49**
- 91. DÍVIDA PESSOAL, **49**
- 92. DOLO, **49**
- 93. DROGAS, **49**

E

- 94. ECONOMIA POPULAR, **53**
- 95. EDUCAÇÃO, **53**
- 96. EMPREGO PÚBLICO, **53**
- 97. EMPRESAS PÚBLICAS, **53**
- 98. ENTORPECENTES, **53**
- 99. ERÁRIO, **54**

- 100. ERRO JUDICIÁRIO, **54**
- 101. ESTABELECIMENTO PENAL, **54**
- 102. ESTADO DEMOCRÁTICO, **54**
- 103. ESTADO DE DEFESA, **54**
- 104. ESTADO DE INOCÊNCIA, **54**
- 105. ESTADO DE SÍTIO, **54**
- 106. ESTADO ESTRANGEIRO, **55**
- 107. ESTRANGEIROS, **55**
- 108. EXÉRCITO, **55**
- 109. EXPLORAÇÃO SEXUAL, **56**
- 110. EXTRADIÇÃO, **56**

F

- 111. FIANÇA, **59**
- 112. FLAGRANTE DELITO, **59**
- 113. FORÇAS ARMADAS, **59**
- 114. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO, **59**
- 115. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, **60**

G

- 116. GARANTIAS FUNDAMENTAIS, **62**
- 117. GOVERNADOR, **62**
- 118. GRAÇA, **62**
- 119. GRUPOS ARMADOS, **62**
- 120. GUARDA MUNICIPAL, **62**
- 121. GUERRA E PAZ, **62**

H

- 122. HABEAS CORPUS, **63**
- 123. HONRA, **64**

I

- 124. IDADE, **65**
- 125. IDENTIFICAÇÃO, **65**
- 126. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL, **65**
- 127. IGUALDADE, **65**
- 128. IMAGEM, **65**
- 129. IMPEACHMENT, **65**
- 130. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, **65**
- 131. IMUNIDADE PARLAMENTAR, **65**
- 132. INCOMUNICABILIDADE, **66**

- 133. INDENIZAÇÃO, **66**
- 134. INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA, **66**
- 135. INDULTO, **66**
- 136. INFRAÇÕES PENAS, **66**
- 137. INICIATIVA PRIVADA, **67**
- 138. INIMPUTABILIDADE, **67**
- 139. INOCÊNCIA, **67**
- 140. INQUÉRITO POLICIAL, **67**
- 141. INSTITUIÇÃO DO JÚRI, **67**
- 142. INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL, **67**
- 143. INTERDIÇÃO DE DIREITOS, **67**
- 144. INTIMIDADE, **68**
- 145. INVOLABILIDADE, **68**
- 146. IRRETROATIVIDADE, **68**

J

- 147. JOVENS, **69**
- 148. JUIZ NATURAL, **69**
- 149. JUÍZADOS ESPECIAIS, **69**
- 150. JUÍZES, **69**
- 151. JUÍZO DE EXCEÇÃO, **69**
- 152. JÚRI, **69**
- 153. JURISDIÇÃO PENAL, **70**
- 154. JUSTIÇA ELEITORAL, **70**
- 155. JUSTIÇA FEDERAL, **71**
- 156. JUSTIÇA MILITAR, **72**

L

- 157. LEI ORGÂNICA, **75**
- 158. LESÃO A DIREITO, **75**
- 159. LIBERDADE, **75**
- 160. LIBERDADE PROVISÓRIA, **76**

M

- 161. MANDADO DE SEGURANÇA (MS), **77**
- 162. MARINHA, **77**
- 163. MEDIDA PRIVATIVA DA LIBERDADE, **78**
- 164. MEDIDAS PROVISÓRIAS, **78**
- 165. MEIO AMBIENTE, **78**
- 166. MESAS DO CONGRESSO, **78**
- 167. MILITARES, **78**

- 168. MINISTÉRIO PÚBLICO (MP), **79**
- 169. MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU), **80**
- 170. MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT), **80**
- 171. MINISTROS DE ESTADO, **80**
- 172. MINISTROS DO STF, **80**
- 173. MISSÃO DIPLOMÁTICA, **80**
- 174. MULTA, **80**

N

- 175. NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO, **81**
- 176. NOTÁRIOS E PREPOSTOS, **81**

O

- 177. OBRIGAÇÃO ALIMENTÍCIA, **82**
- 178. OBRIGAÇÕES, **82**
- 179. ORÇAMENTO PÚBLICO, **82**
- 180. ORDEM CONSTITUCIONAL, **82**
- 181. ORDEM ECONÔMICA, **82**
- 182. ORDEM PÚBLICA, **82**

P

- 183. PARTIDO POLÍTICO, **85**
- 184. PATRULHAMENTO OSTENSIVO, **85**
- 185. PENA DE MORTE, **85**
- 186. PENA DE RECLUSÃO, **85**
- 187. PENAS CRUÉIS, **85**
- 188. PENAS E PUNIÇÕES, **86**
- 189. PERDA DE POSTO OU PATENTE, **88**
- 190. PERDIMENTO DE BENS, **89**
- 191. PESSOA JURÍDICA, **89**
- 192. PLANO PLURIANUAL, **89**
- 193. PODER JUDICIÁRIO, **89**
- 194. PODER LEGISLATIVO, **90**
- 195. POLÍCIA CIVIL, **90**
- 196. POLÍCIA FEDERAL, **90**
- 197. POLÍCIA FERROVIÁRIA FEDERAL, **90**
- 198. POLÍCIA JUDICIÁRIA, **93**
- 199. POLÍCIA MARÍTIMA, **93**
- 200. POLÍCIA MILITAR, **93**

- 201. POLÍCIA PENAL, **93**
- 202. POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, **93**
- 203. PRECATÓRIOS, **94**
- 204. PRECONCEITO, **94**
- 205. PREFEITO E VICE-PREFEITO, **94**
- 206. PRESCRIÇÃO, **94**
- 207. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, **94**
- 208. PRESIDÊNCIAS, **96**
- 209. PRESTAÇÃO SOCIAL ALTERNATIVA, **96**
- 210. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, **96**
- 211. PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA, **96**
- 212. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE, **96**
- 213. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, **96**
- 214. PRINCÍPIO DA IGUALDADE, **96**
- 215. PRINCÍPIO DA HUMANIDADE, **96**
- 216. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, **97**
- 217. PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS PENAS, **97**
- 218. PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO, **97**
- 219. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE, **97**
- 220. PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO, **97**
- 221. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL, **97**
- 222. PRINCÍPIO DA RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL, **97**
- 223. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO ÀS PROVAS ILÍCITAS, **97**
- 224. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO, **97**
- 225. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, **97**
- 226. PRINCÍPIO DO ESTADO DE INOCÊNCIA, **97**
- 227. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL, **98**
- 228. PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL, **98**
- 229. PRISÃO, **98**
- 230. PRISÃO CIVIL, **99**
- 231. PRISÃO DE PARLAMENTAR, **99**
- 232. PRISÃO ILEGAL, **99**
- 233. PRISÃO POR DÍVIDA, **99**
- 234. PRIVAÇÃO DA LIBERDADE, **100**

- 235. PROCESSO LEGAL, **100**
- 236. PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, **100**
- 237. PROVAS ILÍCITAS, **100**
- 238. PUBLICIDADE, **100**
- 239. QUEIXA-CRIME, **100**

R

- 240. RACISMO, **102**
- 241. RECLUSÃO, **102**
- 242. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, **102**
- 243. RELAXAMENTO DA PRISÃO, **103**
- 244. REPARAÇÃO DO DANO, **103**
- 245. REPRESENTAÇÃO CRIMINAL, **103**
- 246. REPRESSÃO, **103**
- 247. RESTRIÇÃO DA LIBERDADE, **103**
- 248. RETENÇÃO DE SALÁRIO, **103**
- 249. RETROATIVIDADE, **103**
- 250. RÉU, **103**
- 251. REVISÃO CRIMINAL, **103**

S

- 252. SEGURANÇA, **104**
- 253. SEGURANÇA INTERNA, **104**
- 254. SEGURANÇA PÚBLICA, **104**
- 255. SENADO FEDERAL, **105**
- 256. SENADORES, **106**
- 257. SENTENÇA CONDENATÓRIA, **109**
- 258. SERVIÇOS NOTARIAIS, **109**
- 259. SERVIDORES PÚBLICOS, **109**
- 260. SEXO, **109**
- 261. SIGILO, **109**
- 262. SISTEMA ELEITORAL, **109**
- 263. SISTEMA PRISIONAL, **109**
- 264. SOBERANIA DOS VEREDICTOS, **110**
- 265. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ), **110**
- 266. SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM), **110**
- 267. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), **111**
- 268. SUSPENSÃO DE DIREITOS, **112**

T

- 269. TERRORISMO, **114**
- 270. TORTURA, **114**
- 271. TRABALHO ESCRAVO, **114**
- 272. TRABALHOS FORÇADOS, **114**
- 273. TRÁFICO DE DROGAS, **114**
- 274. TRANSGRESSÃO MILITAR, **114**
- 275. TRÂNSITO EM JULGADO, **115**
- 276. TRANSPORTE AÉREO, **115**
- 277. TRATADOS INTERNACIONAIS, **115**
- 278. TRATAMENTO DESUMANO
OU DEGRADANTE, **115**
- 279. TRIBUNAIS REGIONAIS, **115**
- 280. TRIBUNAIS SUPERIORES, **115**

- 281. TRIBUNAL DE CONTAS DA
UNIÃO (TCU), **116**
- 282. TRIBUNAL DE EXCEÇÃO, **116**
- 283. TRIBUNAL DO JÚRI, **116**
- 284. TRIBUNAL MILITAR, **116**
- 285. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, **116**

U

- 286. UNIÃO FEDERAL, **117**

V

- 287. VEREDICTO, **118**
- 288. VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, **118**
- 289. VIDA PRIVADA, **118**
- 290. VIOLÊNCIA SEXUAL, **118**

ACABE COM A INADIMPLÊNCIA CONDOMINIAL



A DSC Condominial faz parte do Grupo DSC, líder absoluto em Garantia de Receita para condomínios

Faça como diversos condomínios do país, deixe que a líder em Garantia de Receita para condomínios garanta o recebimento de 100% da receita do seu condomínio e tenha tranquilidade para focar no que realmente importa!

-  Recebimento da receita integral mensalmente
-  3 décadas de experiência
-  A mais completa e qualificada estrutura para cobrança condominial do mercado
-  Departamento Jurídico próprio

Não perca mais tempo, entre em contato conosco e veja que, ter tranquilidade para gerir o condomínio com a receita integral no caixa, é mais simples do que você imagina.

Conte conosco!

0800 760 0155



TÓPICOS E ENUNCIADOS

1. ABUSO DE AUTORIDADE

Poder Judiciário

- Compete ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, cabendo-lhe representar ao Ministério Público no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade: **CF, art. 103-B, § 4º, inc. IV**

2. ABUSO SEXUAL

Punição severa

- Lei punirá severamente o abuso sexual da criança e do adolescente: **CF, art. 227, § 4º**

3. AÇÃO PENAL PÚBLICA

Função institucional

- Promover privativamente a ação penal pública, na forma da lei, é função institucional do Ministério Público: **CF, art. 129, inc. I**

4. AÇÃO PRIVADA

Crimes de ação pública

- Será admitida ação privada nos crimes de ação pública se esta não for intentada pelo Ministério Público no prazo legal: **CF, art. 5º, inc. LIX (59)**

5. AÇÃO PÚBLICA

Prazo legal

- Nos crimes de ação pública, se esta não for intentada pelo MP no prazo legal, será admitida ação privada: **CF, art. 5º, inc. LIX (59)**

6. AÇÃO RESCISÓRIA

Instância original

- Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação rescisória de seus próprios julgados: **CF, art. 102, inc. I, al. j**

7. ADOLESCENTE

Ato infracional

- Direito a proteção especial assegurado ao adolescente abrange a garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado: **CF, art. 227, § 3º, inc. IV**

Entorpecentes

- Estado criará programas de prevenção e atendimento especializado ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins: **CF, art. 227, § 3º, inc. VII**

Exploração sexual

- Lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual do adolescente: **CF, art. 227, § 4º**

8. ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Julgamento

- Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o advogado-geral da União nos crimes de responsabilidade: **CF, art. 52, inc. II**

Delegação

- Ao advogado-geral da União poderá ser delegada pelo presidente da república a função de conceder indulto e comutar penas, com audiência,

se necessário, dos órgãos instituídos em lei: **CF, art. 84, par. ún. c/c inc. XII**

9. AERONÁUTICA

Competência do Senado

- Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o comandante da Aeronáutica nos crimes de responsabilidade conexos com os crimes da mesma natureza atribuídos ao presidente da república: **CF, art. 52, inc. I**

Julgamento pelo STF

- Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, compete ao STF processar e julgar, originariamente, o comandante da Aeronáutica, salvo a hipótese de conexão com crimes de responsabilidade do presidente da república: **CF, art. 102, inc. I, al. c**

Julgamento pelo STJ

- Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originalmente, os mandados de segurança e os habeas data contra ato do comandante da Aeronáutica: **CF, art. 105, inc. I, al. b**

- Também compete ao STJ processar e julgar, originalmente, os habeas corpus quando o coator for o comandante da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral: **CF, art. 105, inc. I, al. c**

10. AGENTE PENITENCIÁRIO

VER **POLÍCIA PENAL**

11. AMEAÇA A DIREITO

Apreciação pelo Poder Judiciário

- Lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito: **CF, art. 5º inc. XXXV (35)**

Habeas corpus

- Será concedido habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se

achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder: **CF, art. 5º, inc. LXVIII (68)**

Patrimônio cultural

- Danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei: **CF, art. 216, § 4º**

12. AMPLA DEFESA

Tribunal do júri

- É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, sendo assegurada a plenitude de defesa: **CF, art. 5º, inc. XXXVIII (38), al. a**

Meios e recursos

- Aos acusados em geral é assegurada ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes: **CF, art. 5º, inc. LV (55)**

Meios ilícitos

- São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos: **CF, art. 5º, inc. LVI (56)**

Deputado estadual

- Nos casos de condenação penal transitada em julgado, a perda de mandato do deputado será decidida por maioria absoluta da Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa: **CF, art. 27, § 1º c/c art. 55, § 2º**

Deputado federal

- Assegurada ampla defesa, nos casos de condenação penal transitada em julgado, a perda de mandato do deputado federal será decidida por maioria absoluta da Câmara dos Deputados: **CF, art. 55, § 2º**

Senador

- Por decisão do Senado Federal, por maioria absoluta, nos casos de condenação penal transitada em julgado, assegurada ampla defesa, o senador poderá perder o mandato: **CF, art. 55, § 2º**

13. ANISTIA

Inocorrência

• Lei considerará insuscetível de anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos: **CF, art. 5º, inc. XLIII (43)**

Incriminação

• Negação da anistia atinge os mandantes do crime, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem: **CF, art. 5º, inc. XLIII (43), 2ª parte**

Competência

• Conceder anistia compete à União: **CF, art. 21, inc. XVII (17)**

• Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da república, a concessão de anistia: **CF, art. 48, inc. VIII**

14. ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Prisão

• Preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência de advogado: **CF, art. 5º, inc. LXIII (63)**

Carência

• Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos: **CF, art. 5º, inc. LXXIV (74)**

Defensoria

• Compete à União, aos estados e ao DF legislar concorrentemente sobre assistência jurídica e defensoria pública: **CF, art. 24, inc. XIII**

Crianças e adolescentes

• Direito a proteção especial abrange o estímulo do poder público através de assistência jurídica a crianças, adolescentes e jovens: **CF, art. 227, inc. VI**

Vítimas de crime

• Lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o poder público dará assistência (jurídica) aos herdeiros e dependentes de pessoas vitimadas por crime doloso: **CF, art. 245**

15. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vítimas de crime

• Poder público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito: **CF, art. 245**

16. ATIVIDADE POLICIAL

Controle externo

• É função institucional do MP exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar respectiva: **CF, art. 129, inc. VII**

17. ATO INFRACIONAL

Conhecimento formal

• Direito a proteção especial assegurado à criança, ao adolescente e ao jovem abrange a garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado: **CF, art. 227, § 3º, inc. IV**

18. AUTARQUIAS

Julgamento

• Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que entidade autárquica federal for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto nas de falência, acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho: **CF, art. 109, inc. I**

• Também compete aos juízes federais processar e julgar os crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou

interesses das entidades autárquicas da União, excluídos os de competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral: **CF, art. 109, inc. IV**

19. AUTORIDADE COMPETENTE

Prévio aviso

- Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente: **CF, art. 5º, inc. XVI (16)**

Perigo público

- No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano: **CF, art. 5º, inc. XXV (25)**

Processo e sentença

- Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente: **CF, art. 5º, inc. LIII (53)**

Ensino obrigatório

- Importa responsabilidade da autoridade competente o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular: **CF, art. 208, § 2º**

Crime de responsabilidade

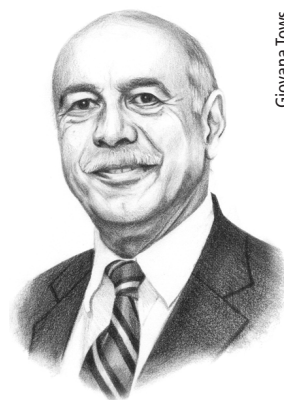
- Vedação à retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego de recursos públicos aplica-se aos recursos dos fundos da educação, e seu descumprimento pela autoridade competente constitui crime de responsabilidade: **CF, art. 212-A, inc. IX c/c art. 160**

20. AUXÍLIO-RECLUSÃO

Baixa-renda

- Dependentes dos segurados de baixa renda têm direito a salário-família e auxílio-reclusão da previdência social, nas hipóteses previstas em lei: **CF, art. 201, inc. IV**

Sobre o autor



Giovana Tows

L. F. Queiroz é a pessoa talhada para idealizar e escrever um livro como o INDEXADOR DA CONSTITUIÇÃO. Sua experiência profissional abrange quatro décadas como advogado, uma década como jornalista e três décadas como editor de revistas e livros jurídicos.

L. F. Queiroz nasceu no dia 13 de agosto de 1948, numa sexta-feira de um ano bissexto, na cidade de Joaçaba, Santa Catarina, no seio de uma família de longa linhagem jurídica com origem na Bahia, do lado paterno, e tradições germânicas, do lado materno.

L. F. Queiroz estudou no Ginásio Frei Rogério, dos Irmãos Maristas; no Colégio Estadual do Paraná; na Abraham Lincoln High School, de Council Bluffs, Iowa, USA; no Centro de Formação de Oficiais da Reserva (CPOR) em Curitiba; e na Universidade Federal do Paraná (Jornalismo e Direito).

L. F. Queiroz, como centenas de milhares de advogados e dezenas de milhares de outros operadores do direito, enfrenta o desafio de interpretar a extensa e por diversas vezes prolixa Constituição Federal, com seus 250 artigos, acréscimos de mais de uma centena de emendas constitucionais, e infindáveis parágrafos, incisos e alíneas.

L. F. Queiroz é autor de mais de 700 artigos jurídicos e de vários livros na área do direito civil, processo civil e imobiliário, membro da Academia de Letras José de Alencar, fundador da ACGB/Vida Brasil e editor-chefe da Revista Bonijuris.

Olga Maria Krieger